

Evolução Populacional do Brasil: Uma visão Demográfica

C. Tibulo¹; V. Carli¹, A. I. S. Dullius²

¹*Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Estatística, Universidade Federal de Santa Maria, 97105-900, Santa Maria-RS, Brasil*

²*Professora do Departamento de Estatística, Universidade Federal de Santa Maria, 97105-900, Santa Maria-RS, Brasil*

tibulo_cleiton@hotmail.com

(Recebido em 10 de janeiro de 2012; aceito em 09 de abril de 2012)

As profundas transformações demográficas que o Brasil vem passando, com alterações na sua estrutura etária, deve ser tema de estudos para reorientação das políticas públicas. A anunciada crise, causada pelo envelhecimento da população, podem ser evitados com a qualificação da futura força de trabalho que é imprescindível para o equilíbrio social e econômico. O aumento da fecundidade, queda da mortalidade, a explosão demográfica, o aumento da expectativa de vida, a posterior queda da fecundidade, são abordados no trabalho com o objetivo de buscar um entendimento do processo de envelhecimento populacional. E chamar atenção para aproveitarmos o bônus demográfico que nos encontramos hoje (população em idade produtiva), e que através de estimativas vai continuar crescendo até 2025, para reavaliarmos as políticas públicas e quebrarmos paradigmas, dando prioridade para educação, saúde, serviços sociais e previdenciários.

Palavras-chave: população; fecundidade; envelhecimento

The deep demographic transformations that Brazil comes, with alterations in its age structure, must be subject of studies for reorientation of the public politics. The announced crisis, caused for the aging of the population, can be prevented with the qualification of the future force of work that is essential for the social and economic balance. The increase of the fecundity, fall of mortality, the demographic explosion, the increase of the life expectancy, the posterior fall of the fecundity, is boarded in the work with the objective to search an agreement of the process of population aging. Its may to call attention to use to advantage the demographic bonuses that we find in them today (population in productive age), and that through estimates goes to continue growing up to 2025, for we reevaluate the public politics and to break paradigms, giving priority at social and social security, education and health.

Keywords: population; fecundity; aging

1. INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando nas últimas décadas por profundas transformações demográficas e alterações na sua estrutura etária. Os principais responsáveis por estas mudanças são as taxas de fecundidade e a mortalidade.

A taxa da fecundidade declinou de 5,8 filhos por mulheres em meados dos anos 60 (Carvalho, 1978)[11] para 2,3 filhos por mulheres nos anos 90 (IBGE 2001)[15], e em 2006 a média estava em 2,0 filhos por mulheres, e de acordo com o último senso o número de filhos caiu para 1,76 (IBGE 2010 dados preliminares)[15], o que significa que as famílias brasileiras estão diminuídas e deverão alcançar níveis de reposição nos próximos anos. Esse declínio da taxa de fecundidade demonstra que em 25 anos, isto é, de 1965 a 1990 a taxa de fecundidade caiu 56%. A magnitude do declínio geral da fecundidade no Brasil em um período tão curto de tempo, por um lado, é surpreendente quando comparado com a experiência dos países desenvolvidos. Sabe-se que a maioria dos países europeus levou cerca de um século para completar a sua transição da fecundidade, e países como Suécia e Inglaterra, por exemplo, levou cerca de seis décadas (1870-1930) para diminuir seus níveis em 50%. O Brasil experimentou declínio semelhante em apenas três décadas.

Após a segunda guerra mundial com o aumento da fecundidade e a evolução da medicina, investimentos em saneamento básico; como água encanada, redes de esgoto nas grandes cidades, melhoria das condições de habitação, desenvolvimento da agricultura - que proporcionou uma melhor qualidade nos alimentos - e com a industrialização mais intensa que trouxe melhores condições de vida para parte da população, fez com que tivemos uma queda considerável na mortalidade e um conseqüente aumento na expectativa de vida que nos anos 80 era 62,6 em 24 anos subiu para 71,4 anos em 2004 (IBGE)[15].

Com isso houve um crescimento demográfico surpreendente que nos anos 60 atingiu a casa de 3% ao ano. A partir dos anos 80 com campanhas preventivas com o uso de métodos contraceptivos e a inserção da mulher no mercado de trabalho, o alto custo de vida nas grandes cidades, o aumento do grau intelectual e a divulgação de um modelo de família bem sucedida com no máximo dois filhos, trouxe mudanças na fecundidade. Segundo (Bemfam 1997)[2] o declínio da fecundidade no Brasil teve como conseqüência não só um tamanho menor da família, mas também o intervalo mais amplo entre os nascimentos - o que veio a refletir em um curto espaço de tempo. E já no período de 1991/2000 a população experimentou incrementos proporcionais menores com uma taxa e 1,6% ao ano e de 1,17% ano entre 2000/2010 (IBGE 2010)[15] e com a estimativa de 0,3% ao ano entre 2045 e 2050 (IBGE 2001)[15]. Desta forma o Brasil passa a ser exemplo bem sucedido das mudanças demográficas para a América Latina.

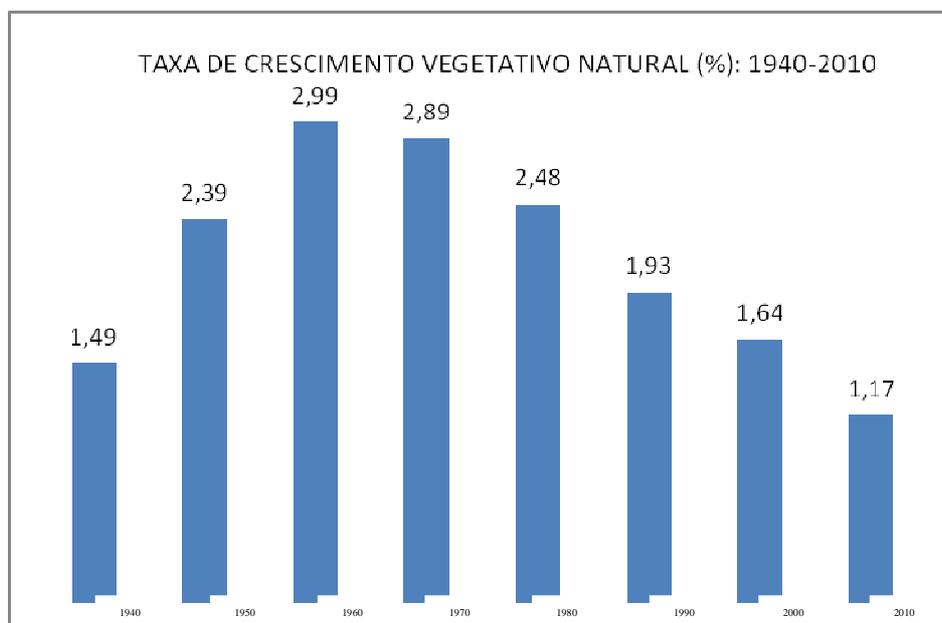


Figura 1: Taxa de Crescimento Vegetativo Natural; Dados: IBGE

As modificações estruturais na composição etária brasileira são de natureza tal que entre 1950 e 2010 a população acima de 65 anos de idade, inicialmente inferior a 3% atingiu 14.081.480 o que representa 7,4% (IBGE 2010)[15]. Igualmente de grande magnitude será a redução na participação do contingente menor de 15 anos, que, com 41,6% em 1950, 28,8% em 2000 e passou a representar 24,07% em 2010. Em conseqüência os idosos passarão a ter peso relativo na população brasileira.

Variações tão profundas em curto espaço de tempo terão importantes repercussões sobre a sociedade brasileira, afetam diretamente o desenvolvimento e a qualidade de vida da população. Uma melhor distribuição de renda, investimentos em educação e saúde são essenciais para o desenvolvimento econômico. Apesar do desempenho relativamente bom da economia na segunda metade do século passado o Brasil ainda é um país em desenvolvimento e apresenta um perfil entre piores países do mundo em distribuição de renda. Políticas públicas têm de desempenhar um papel

importante para superar este contexto. Por outro lado, os programas dedicados a crianças, podem ser qualitativamente melhorados e seus recursos realocados, porque número de beneficiários vai diminuir em termos relativos e absolutos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo do desenvolvimento populacional do Brasil foi realizado através de pesquisa bibliográfica em livros e artigos atuais publicados referentes ao assunto e a dados provenientes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A partir disso, buscaram-se traçar um perfil da evolução populacional, suas expectativas e possibilidades e orientar estudos na área que possibilitem visualizar ações futuras, principalmente em termos de políticas públicas, as quais carecem de informações concretas e precisas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Histórico do crescimento demográfico no Brasil

Em 1872 ano do primeiro senso brasileiro a população brasileira mal somava os 10 milhões de habitantes em pouco mais de um século, ou seja, 138 anos desde o primeiro senso a população brasileira cresceu 19 vezes.

O Brasil seguiu crescendo demograficamente, pois em 1900 já somávamos 17 milhões, 1950 aumentos para 54 milhões, em 1970 havia 90 milhões de pessoas e em 2010 atingimos a marca de 190.755.799 milhões (IBGE 2010)[15], o que representa 1/3 da população da América Latina e Caribe. Em comparação com o Censo 2000, a população do Brasil cresceu 12,3%, o que resulta em um crescimento médio anual de 1,17% - a menor taxa observada na série em análise. A maior aceleração no crescimento absoluto da população do Brasil ocorreu durante a década de 1950, quando se observou um acréscimo de 18,1 milhões de habitantes, correspondendo a um incremento relativo de 34,9%. O período seguinte ainda apresentou um elevado padrão de crescimento, com um aumento de 32,9%, ou seja, 23,1 milhões de habitantes. Posteriormente, teve início um processo de desaceleração do crescimento, sendo o aumento absoluto da ordem de 25,9 milhões de habitantes (27,8%) no período 1970/1980; 27,8 milhões (23,4%) no período 1980/1991; 23,0 milhões (15,6%) no período 1991/2000; e 21,0 milhões de pessoas a mais em 2010, em comparação à população do Censo 2000, crescimento de (11,7%).

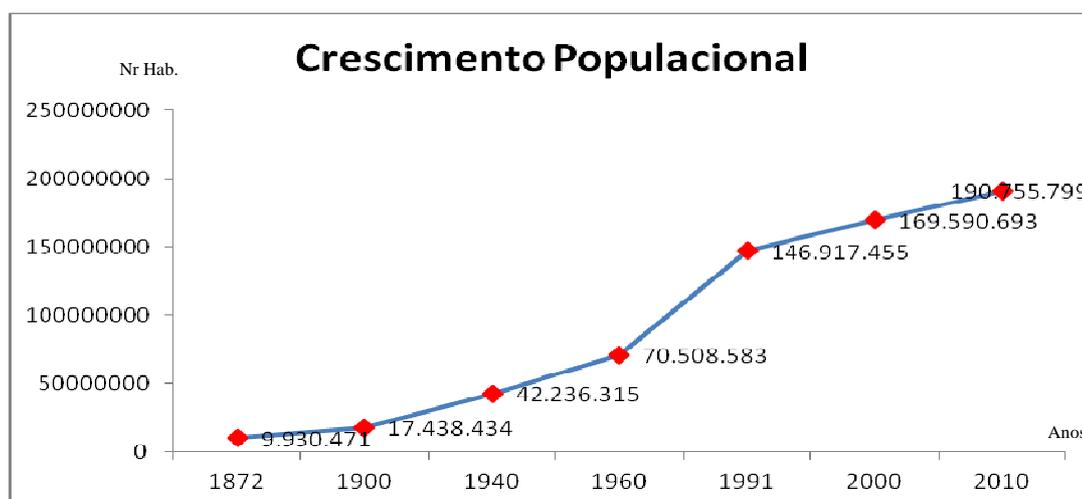


Figura 2: Crescimento Populacional do Brasil; Dados: IBGE

A população jovem, menor de 19 anos, está na casa de 62.923.205 o que representa 32,9% da população, os adultos com idade entre 20 e 59 anos somam 107.242.035 ou 56,22% da população e os idosos acima de 60 anos estão com 20.590.559 o que representa 12,33% (IBGE 2010)[15]. A população está dividida da seguinte forma; sexo masculino soma o montante de 93.406.990 e o sexo feminino 97.348.809. O Censo Demográfico 2010 evidenciou, para o total do País, uma relação de 96,0 homens para cada 100 mulheres, como resultado de um excedente de 3 941 819 mulheres em relação ao número total de homens. Com este resultado, acentuou-se a tendência histórica de predominância feminina na composição por sexo da população do Brasil, já que em 2000 esse indicador era de 96,9 homens para cada 100 mulheres.

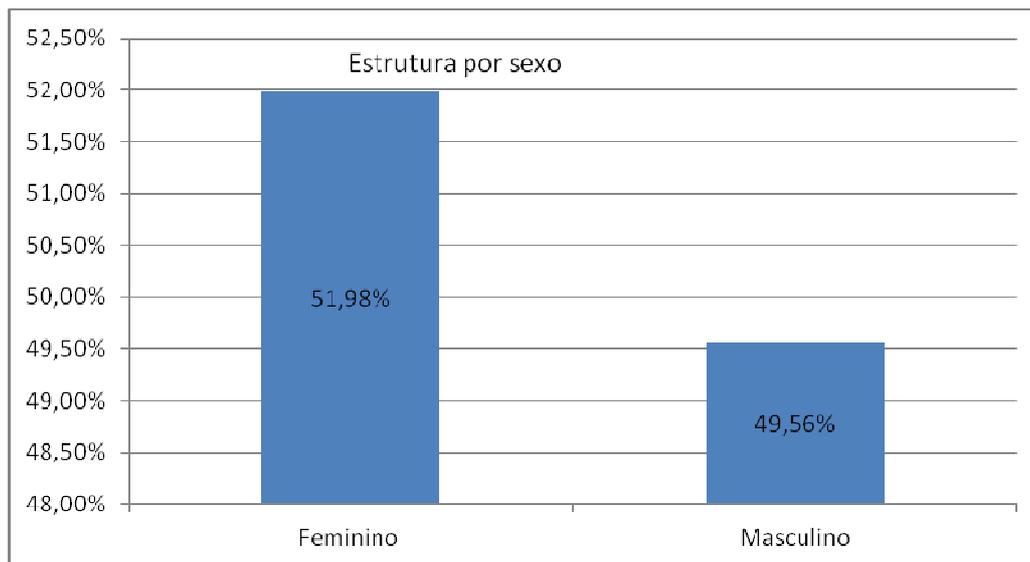


Figura 3: Crescimento Populacional do Brasil; Dados: IBGE Censo 2010

A população acima de 65 anos, passou de 1,6 milhões em 1950, passa para 8 milhões em 2000 e está na casa de 14.081.480 (IBGE 2010)[15] e em 2050, segundo estimativas será em torno de 20%, enquanto a população jovem vai ser em torno de 17%. A população economicamente ativa vai continuar crescendo até 2025 e vai chegar em torno de 68% quando começará a diminuir. Essa drástica mudança em um curto espaço de tempo trará implicações para a necessidade de alocação de recursos públicos tanto para jovens quanto para idosos.

Com relação aos jovens, devido ao declínio no número absoluto, tem importantes repercussões sobre a necessidade de investimentos na melhoria dos níveis escolares, na qualificação de mão de obra - para que se possam suprir os postos de trabalho e a economia se mantenha aquecida e em pleno desenvolvimento. Temos de aproveitar esse momento aonde há concentração na faixa etária dos 20 aos 59 anos - 107.242.035 (IBGE 2010)[15], isto é, grande parte da população, em idade produtiva, para desenvolvermos a economia e melhoramos a distribuição de renda, elevando-se os níveis educacionais, investindo-se em tecnologia para que se possa enfrentar esse desafio, que é o de conciliar o desenvolvimento econômico, assegurando a manutenção dos atuais níveis de bem estar geral e ao mesmo tempo, reduzir os elevados níveis de pobreza e as diferenças sociais.

Historicamente, a carga sobre a população produtiva era extremamente alto até os anos 60 quando a população dependente (menores de 15 anos e mais de 65 anos) no Brasil somava cerca da metade da população total, com o diferencial que 90% delas eram crianças com idade inferior a 15 anos (Carvalho e Wong 1998)[9]. Apesar do número absoluto de idosos estar crescendo em ritmo acelerado nos dias atuais, o grupo de jovens menores de 15 anos também está diminuindo invertendo os papéis dos anos sessenta, e até 2045 segundo estimativas, o número de idosos será maior que o número de jovens.

Em um curto/médio prazo as pequenas gerações, atuais crianças, vão tornar possível a reorganização dos recursos disponíveis mudando da quantidade para qualidade. Pode-se esperar uma diminuição dos gastos do governo com educação primária, já que o crescimento negativo de jovens deve permanecer por um longo período, pelo menos até 2050. Ao mesmo tempo em que a população economicamente ativa vai continuar crescendo até 2025, segundo estimativas, o que provoca baixos índices de dependência, tanto de crianças como de idosos, o que alivia os sistemas sociais por um curto espaço de tempo. Esta situação dá condições favoráveis para se reformular o regime de segurança social e descobrir estratégias para área de saúde e educação. A partir de 2020, a dependência da população idosa vai começar a ser significativamente alta, sabendo que as crianças de hoje, que pertencem a gerações menores serão a força de trabalho, que por sua vez terão de enfrentar os crescentes índices de dependências dos idosos. Isso nos leva a concluir que a sociedade precisa investir nas crianças atuais, em especial na área da saúde e educação, pois estas gerações terão de sustentar a economia e uma proporção muito maior de idosos. O Brasil deve se espelhar nos países asiáticos, onde a população jovem alcançou altas habilidades através da educação técnica, contribuindo para o progresso nesses países (Bowman, 1987)[4].

Tabela 1: Crescimento Demográfico por Regiões

Regiões	1991		1996		2000		2005		2010	
	Absoluto	%								
Brasil	146.825.475	100	157.070.163	100	169.799.170	100	184.240.805	100	190.755.799	100
Norte	10.030.556	6,8	11.288.259	7,2	12.900.704	7,6	14.755.419	8,0	15.864.454	8,3
Nordeste	42.497.540	28,9	44.766.851	28,5	47.741.711	28,1	51.019.091	27,7	53.081.950	27,8
Sudeste	62.740.401	42,7	67.000.738	42,7	72.412.411	42,6	78.472.017	42,6	80.364.410	42,1
Sul	22.129.377	15,1	23.513.736	15,0	25.107.616	14,8	26.973.511	14,6	27.386.891	14,4
Centro-Oeste	9.427.601	6,4	10.500.579	6,7	11.636.728	6,9	13.020.767	7,1	14.058.094	7,4

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010, Contagem Populacional 1996 e Estimativa Demográfica 2005.

A distribuição da população por regiões não se altera substantivamente no período analisado. As regiões Sul e Sudeste continuam contando com mais da metade da população 107.751.301 que representa 56,5% do total e a nordeste um pouco mais de um quarto 53.081.950 o que representa 27,8%. As regiões Norte e Centro Oeste áreas, de expansão de fronteiras econômicas continuam aumentando a sua participação de 13,2% em 1991 para 14,5% em 2000 chegando em 2010 com 15,7% ou 29.922.548 habitantes.

No que tange às participações dos segmentos etários, verifica-se o progressivo declínio da proporção de menores de cinco anos de idade em todas as regiões do país, refletindo a redução dos níveis de fecundidade. Esse processo é mais evidente nas regiões Sul e Sudeste que em 2000 representavam 57,4% do total da população caindo para 56,5% em 2010. Isso se deve ao fato destas regiões terem entrado mais cedo no processo de transição demográfica.

Tabela2: Taxa média geométrica de crescimento anual (%) da população Brasileira e grandes regiões, 1980/1991, e 2001/2005 e 2005/2010

Ano	1980/1991	1991/2000	2000/2005	2000/2010
Brasil	1,93	1,64	1,67	1,17
Norte	3,85	2,86	2,64	2,9
Nordeste	1,83	1,31	1,36	1,07
Sudeste	1,77	1,62	1,66	1,05
Sul	1,38	1,43	1,46	0,87
Centro-Oeste	3,01	2,39	2,31	1,91

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010 e Estimativa Demográfica 2001 e 2005.

Entre os períodos de 1980/91 e 1991/2000, houve declínio na taxa de crescimento populacional, determinado principalmente pela queda na taxa de fecundidade. A região Nordeste que mostrava a menor taxa de crescimento desde a década de 1990 perdeu o posto pelas regiões Sul e Sudeste,

demonstrando, principalmente, que a emigração para outras regiões do país economicamente mais atrativas, tenha diminuído ou está se invertendo. No último período intercensitário, 2000/2010, o crescimento populacional não se deu de maneira uniforme entre as Grandes Regiões e Unidades da Federação. As maiores taxas foram observadas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde a componente migratória contribuiu significativamente para esse crescimento diferencial, principalmente as áreas de fronteira agricultura. As Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram um crescimento populacional semelhante, de pouco mais de 1,0% ao ano, ainda que esta última tenha apresentado uma queda mais pronunciada quando comparada com a taxa de crescimento intercensitária anterior (1991/2000). A Região Sul, que desde o Censo Demográfico 1970, vinha apresentando crescimento anual de cerca de 1,4%, foi a que menos cresceu, tendo sido influenciada pelas baixas taxas observadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, de 0,49% e 0,89%, respectivamente.

3.2. O envelhecimento populacional

Seguindo a tendência dos países em desenvolvimento, o Brasil vem tendo um acelerado processo de envelhecimento populacional, isso significa um crescimento elevado da população idosa. A parcela de idosos na população brasileira mais que dobrou em 40 anos. Em 1970 a parcela da população acima de 60 anos representava 5,12% da população, já em 2000 8,56%, e de acordo com o último censo 20.590.559 pessoas possuem idade acima de 60 anos o que representa 12,33% da população, crescimento deu-se também nas faixas etárias mais avançadas aonde a participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. O que confirma os dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), em que mortes aumentaram em 87% nas idades acima de 60 anos, e confirma que o envelhecimento incide diferente por sexo. Apesar de nascerem mais homens que mulher conforme dados do censo 2010 na faixa etária de 0 a 4 anos do total de 13.796.159 crianças, 7.016.987 são do sexo masculino que representam 3,7% do total da população e 6.779.172 do sexo feminino que representam 3,6% do total da população (IBGE 2010)[15], e na idade menor de um ano das 2.713.244 crianças 1.378.532 são do sexo masculino e 1.334.712 são do sexo feminino o que ilustra bem que nascem mais homens que mulheres. As mulheres passam a ser maioria na faixa etária acima de 25 a 29 anos de idade com 8.460.995 do sexo masculino e 8.643.418 do sexo feminino. As mulheres são beneficiadas por menores níveis de mortalidade, principalmente por mortes causadas por fatores externos, como acidentes de trânsito e homicídios que envolvem em muito, maior número do sexo masculino, fazendo com que as mulheres passem a ser maioria. Portanto, pode se esperar uma constatare feminização do envelhecimento nacional.

Nesta mudança populacional, as demandas sociais vão mudar de característica de jovem passa a ser idoso o que pressionará o sistema de saúde, mas principalmente o previdenciário, que muito contribui para a garantia do bem estar dos idosos.

A previdência social constitui importante fonte de sobrevivência da população idosa, para os quais os benefícios e os auxílios não são só para o idoso, mas para toda a família em que se encontra inserido, principalmente nas regiões menos favorecidas do Norte e Nordeste. As famílias que contêm idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais. São relativamente menos pobres e seus membros dependem menos da renda do chefe. Por isso, reconhece-se a importância dos benefícios previdenciários, que em muitos casos, constituem a única fonte de renda da família. Isso se verifica mesmo quando se consideram estruturas familiares por nível de renda [Camarano *et al* (1999)[7]. Esta pressão que o sistema previdenciário virá a sofrer com o envelhecimento populacional não pode por em risco a segurança econômica dos idosos e também não pode prejudicar o crescimento econômico. Este é um grande desafio, que o impacto do envelhecimento populacional vai causar nas políticas públicas.

Faltam estudos para medir o tipo de repercussão que as melhoras nas condições de vida dos idosos possam ter nos gastos com saúde. Pode-se supor que melhores condições de vida podem

levar a uma menor pressão sobre os gastos de saúde e previdenciário. Quanto aos benefícios previdenciários, uma menor pressão tem como possibilidades o adiamento da idade mínima de aposentadoria e uma permanência mais longa na força de trabalho.

O estado não deve ver a velhice como um problema social, mas pode constituí-la num campo de saber especializado encarregados da formação de novos especialistas. O mercado de trabalho e os órgãos governamentais devem saber aproveitar esse conhecimento e inserir essas pessoas em postos de trabalhos em que elas possam aplicar os seus conhecimentos e principalmente, repassar a suas experiências e conhecimentos técnicos para os jovens. E assim, as políticas públicas vão dar qualidade de vida, vão mantê-los economicamente ativos e gerar o bem estar coletivo. Deve se mudar a ideologia que a partir de determinada idade, “que se convencionou chamar idosa”, o indivíduo consome mais do que produz, associando o envelhecimento à dependência.

A predominância da população feminina entre os idosos tem repercussão importante nas demandas das políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que seus parceiros do sexo masculino. Cabe ressaltar ainda, que grande parte delas não possuia experiências de trabalho no mercado formal.

A viuvez tem sido apontada em geral, como um sinônimo de solidão. Segundo Peixoto (1997)[19], a morte do cônjuge pode ser uma tragédia ou uma libertação. Debert (1999) [12] considera que para as idosas atuais a viuvez significa autonomia e liberdade. No entanto, pesquisas recentes têm mostrado que a universalização da seguridade social, as melhorias nas condições de saúde e outros avanços tecnológicos, tais como meios de comunicação, elevadores, automóveis, entre outras, podem estar sugerindo que viver só, para os idosos, representa mais formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecimento do que de abandono, descaso ou solidão [Debert (1999)[12].

O mercado de trabalho após a aposentadoria já é fato para os brasileiros, cerca de um terço dos aposentados são economicamente ativos (Liberato, 2003)[17]. Isso acontece em parte, porque a média de idade nas aposentadorias é relativamente baixa (56,5 anos, segundo Fígoli, 2000)[14], mas principalmente porque apesar do programa de seguridade social ser generoso, os benefícios são desigualmente distribuídos e grande parte dos aposentados recebe um salário mínimo, o que os faz retornar para a força de trabalho. De acordo com Schwarzer e Querino (2002)[21], 43% dos idosos na força de trabalho são classificados como pobres. Além disso, em áreas urbanas como São Paulo, quase 80% dos aposentados ou pensionistas que reentram na força de trabalho tem como principais causas a necessidade econômica.

3.3. EXPECTATIVA DE VIDA

Já é fato conhecido que uma das grandes conquistas deste século em todo o mundo foi a redução da mortalidade. Para o Brasil como um todo, a esperança de vida ao nascer apresentou ganhos de cerca de 30 anos entre 1940 e 1998, como principal resultado a queda da mortalidade infantil que entre 1980 e 2001 houve uma redução de 65% dos óbitos entre os menores de 10 anos. Crianças nascidas durante os anos 50 tinham menos de 80% chances de sobreviver até os 15 anos, enquanto as crianças nascidas no início do século atual têm a probabilidade de até 95% de chances.

A expectativa de vida no Brasil é bastante elevada, aproximando-se daquelas observadas nos países desenvolvidos. Kalache (1993)[16] analisando as tendências recentes nas taxas de mortalidade entre idosos mostrou que os países em desenvolvimentos estão cada vez mais semelhantes aos países desenvolvidos. A diferença entre homens e mulheres também diminui com a idade [Beltrão *et al* (1998)[1].

Entre 1980 e 2003 a esperança de vida ao nascer, no Brasil, elevou-se em 8,8 anos: mais 7,9 anos para os homens e mais 9,5 anos para as mulheres. Em 1980, uma pessoa que completasse 60 anos de idade teria, em média, mais 16,4 anos de vida, perfazendo 76,4 anos. Vinte e três anos mais tarde, um indivíduo na mesma situação alcançaria, em média, os 80,6 anos. Aos 60 anos de idade os diferenciais por sexo já não são tão elevados comparativamente ao momento do nascimento: em

2003, ao completar tal idade, um homem ainda viveria mais 19,1 anos, enquanto uma mulher teria pela frente mais 22,1 anos de vida.

Tabela 3: Estimativa da Esperança de Vida ao Nascer por sexo – Brasil, 1980, 1985, 1991, 1996, 1998, 2003

Ano	Homens	Mulheres
1980	57,2	64,3
1985	59,2	65,8
1991	62,2	69,8
1996	63,3	71,0
1998	63,9	71,4
2003	65,7	75,2

Fonte: IBGE, vários censos demográficos, e ministérios da Saúde, Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Estimativas IPEA.

Os ganhos com a expectativas de vida foram para ambos os sexos, mas foram mais expressivas entre as mulheres. Estas apresentavam em 1998 uma expectativa de vida ao nascer superior em 7,5 anos em relação à masculina. A idade média brasileira de 25,4 anos em 2000 aumentou mais em sete anos no período de 1965-2000, acompanhando os países europeus, além disso, em 2050, o padrão etário Brasileiro com (média igual 41,2 anos), será mais velha do que a média atual da Europa com (média de 37,7 em 2000).

Em 2004, a esperança de vida estimada ao nascer no Brasil, para ambos os sexos, subiu para 71,7 anos. Foi um aumento de 1,2 anos em relação à de 2000 (70,5 anos). Mas o patamar desse indicador poderia ser superior em 2 ou 3 anos, não fosse o efeito das mortes prematuras de jovens por violência. O Brasil, por algum tempo experimentou declínios nas taxas de mortalidade em todas as idades. Mas, a partir de meados dos anos 1980, as mortes associadas às causas externas (violência) passaram ter um papel de destaque, desfavorável, sobre a estrutura por idade das taxas de mortalidade, particularmente dos adultos jovens do sexo masculino. Em 1980, no Brasil, os homens viviam em média 6,1 anos menos que as mulheres, ao passo que, em 2004, esta diferença eleva-se para 7,6 anos. O estado do Rio de Janeiro apresentou os mais expressivos diferenciais de mortalidade por sexo, tanto em 1980 (7,8 anos) como em 2004 (9 anos).

Cabe ressaltar que as alterações são impressionantes quanto ao aumento da expectativa de vida para os adultos; enquanto que nos anos cinquenta apenas a metade dos nascidos sobreviviam até a idade de aposentadoria. De acordo com (Swyer *et al* 1999)[20] cerca de 80% das crianças nascidas após 2000 devem chegar nesta idade. Nas próximas décadas, o declínio da mortalidade no Brasil se concentra na população mais idosa, principalmente devido ao rápido processo de envelhecimento.

4. CONCLUSÃO

O estudo da evolução demográfica da população brasileira deixa evidente que o grande contingente populacional em idade produtiva está no mercado de trabalho ou vai entrar nele até 2025. O bônus demográfico é apenas o resultado de uma grande oferta de capital humano se os investimentos adequados são feitos (Birsall e Sinding, 1998)[5]. Essa é a janela de oportunidade que propicia condições favoráveis para a sociedade reformular políticas públicas principalmente referentes à educação, saúde e o Sistema Social Previdenciário.

Seria ingenuidade acreditar que por si só, a diminuição no número de nascimentos, em termos absolutos e relativos, e a redução da taxa de crescimento da população total, como consequência do declínio da fecundidade, resultarão automaticamente, na solução dos problemas sociais e econômicos (Carvalho e Wong, 1998)[9]. Uma redefinição de prioridades, tendo em vista o novo padrão demográfico, pode garantir ganhos sociais e econômicos mais elevados a médio e longo prazo. O Brasil deve adotar políticas apropriadas para que para que não se perca mais tempo. A qualificação intelectual, técnica e profissional deve se constituir em prioridade para as políticas públicas voltadas para os jovens. A janela de oportunidades resultará em um aumento da oferta de

capital humano de alta qualidade somente se investimentos apropriados forem realizados (Birdsall e Sinding *apud* Navaneethan, 2001)[5].

A sociedade precisa despertar para o fato de que os jovens de hoje constituirão a força de trabalho do amanhã, serão eles que vão dar continuidade a evolução da economia, e ao aumento da produtividade. Não se trata, apenas, de garantir a produtividade ou a qualidade de vida dessas gerações, mas a sustentação, de forma equilibrada, de toda a sociedade, pois caberá às novas gerações, no médio prazo, como componentes da população em idade ativa, a responsabilidade da garantia da qualidade de vida.

Embora a transição de uma população jovem para uma mais envelhecida possa inicialmente, impulsionar as perspectivas de crescimento econômico, devido à redução, dentro da população em idade ativa, da proporção de jovens, a maior proporção na população total, como um todo, poderá constituir uma ameaça, se as políticas adotadas não forem adequadas (Behrman *et al*, 2001)[3]. O crescimento positivo da força de trabalho em condições favoráveis significa maior de produção, maior receita governamental e conseqüentemente, maior capacidade para financiamento de programas públicos.

O Brasil possui um curto espaço de tempo para se tornar uma sociedade mais justa para todas as idades. Os serviços sociais, a distribuição de renda, os serviços de saúde e educação em todos os níveis devem sofrer reformulação políticas para enfrentar esses desafios e obter êxito que é o bem estar social de todos.

-
1. BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A.A., MEDICI, A. C., OLIVEIRA, F. Aposentadoria por tempo de serviço: onde a esperança de vida é a menos importante. Como vai? População brasileira. Brasília: IPEA, ano III, n.1, p. 1-8, abr. 1998.
 2. BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) and Macro Internacional (1997) Brasil, Pesquisa Sobre Saúde Familiar no Nordeste Brasil – 1997, Rio de Janeiro.
 3. BEHRMAN J.R., DURYEY, S.; SZÉKELY, M. Aging and economic opportunities: major world regions around the turn of the century. In Proceedings of the IUSSP General Conference. Salvador, Brazil, 2001.
 4. BOWMAN, M.J. Education, population trends, and technological change. In: ESPENSHADE and STOLNITZ (Eds.). Technological prospects and population trends, AAAS (American Association for the Advancement of Science), Selected Symposium 103, Washington, DC, 1987.
 5. BIRDSALL. N., & SINDING. (1998), relatório sobre Simpósio População e Desenvolvimento Econômico, 02-06 novembro Bellagio – Itália. Citado por Navaneethan, 2001).
 6. CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I., PASCOSI, A. R. P., MEDEIROS, M., GOLDANI, A. M. Como Vive o Idoso Brasileiro? In: Muito Além dos 60: os novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro, IPEA, p. 19-71 1999.
 7. CAMARANO, A. A., EL GHAOURI, S.K. Idoso Brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, A.A. (org.) Muito Além dos 60: os novos idosos Brasileiros. Rio de Janeiro, IPEA, p. 281-306, 1999.
 8. CAMARGO e AB FRIAS LA de M. (2001): Alguns Aspectos da Mortalidade no Brasil: do século XX e Perspectivas - A demografia brasileira - IUSSP Salvador. Brasil.
 9. CARVALHO, J.A.M de e WONG, L.R: implicações demográficas e sócio-econômicas do declínio da fertilidade em rápida Brasil: uma janela de oportunidade. In: Martine G. Das Gupta e Chen L. M (eds): Alterar Reprodutiva na Índia e no Brasil. 1998 - Oxford University Press p. 208-240
 10. CARVALHO, J.A.M de; WONG, L.R. Demographic and socioeconomic implications of rapid fertility decline in Brazil: a window of opportunity. In MARTINE, G.; DAS GUPTA, M.; CHEN, L (Eds.). reproductive Change in India and Brazil. Oxford University Press, 1988, p.208-240.
 11. CARVALHO, JOSÉ ALBERTO M. de. Fecundidade e Mortalidade no Brasil, 1960/1970. Belo Horizonte, CEDEOLAR/UFMG, 1978.
 12. DATASUS - Ministério da Saúde. Informações de Saúde - <http://tabnet.datasus.gov.br> (09/11/2011)
 13. DEBERT, G.G. A reinvenção da velhice: socializações e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.

14. FÍGOLI M. G. B. Envelhecimento populacional e comportamento das aposentadorias urbanas no Brasil. In WONG, L. (Coord). O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade – subsídios para políticas orientadas ao bem estar do idoso. Cedeplar/UFMG/ABEP, 2000, p 127-164.
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <http://www.ibge.gov.br/> (09/11/2011).
16. KALACHE, A. Recent trends in mortality rates among the elderly in selected low mortality developing populations. Paper present to the Conference on Health and Mortality Trends Among Elderly Populations: Determinants and Implications United Nations/IUSSP/WHO. Senadi City, Japan, June to 25, 1993.
17. LIBERATO, V. C. A oferta de trabalho masculina “pós aposentadoria” Brasil urbano – 1981/2001. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.
18. Pesquisas de Demografia e Saúde - Macro International Inc. & Sociedade Civil Bem-Estar Familiar No Brasil - BEMFAM (1996): Brasil, Pesquisa Sobre Saúde familiares no Brasil Nordeste - 1997 - Rio de Janeiro.
19. PEIXOTO, C. E. História de mais de 60 anos. Dossiê Gênero e Velhice, p 148-158, 1997.
20. Sawyer OD; Wong, LR, Carvalho JAM, Fígoli, M., Andrade FCD, Barbieri e AF Tavares CRG. Projeção Populacional, Por Sexo e Grupos Quinquenais, das Unidades da Federação, Brasil, 1990-2020. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG. (PRONEX), 1999.
21. SCHWARZER, H.; QUERINO A.C. Benefício sociais e pobreza: programas não contributivo da seguridade social brasileira. Brasília: Ipea, 2002 (Texto para discussão, 929).